

RESENHA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DIGITAIS: DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS AO CHATGPT¹

EDUCATION IN DIGITAL TIMES: FROM THE CORONAVIRUS PANDEMIC TO CHATGPT

EDUCACIÓN EN TIEMPOS DIGITALES: DE LA PANDEMIA DE CORONAVIRUS A CHATGPT

GLAUCIA DA SILVA BRITO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3874-4323>

[<glaucia@ufpr.br>](mailto:glaucia@ufpr.br)

¹ Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil.

CARIUS, Ana Carolina; SANTOS, Rodrigo Otávio. **Educação em tempos digitais: da pandemia de coronavírus ao ChatGPT**. São Paulo: Editora Dialética, 2024. 152p.

No título do livro *Educação em tempos digitais: da pandemia de coronavírus ao ChatGPT*, a expressão “tempos digitais” designa o período histórico e o contexto atual sob o domínio das tecnologias digitais. A expressão engloba, assim, as condições e o cenário contemporâneo impulsionados pela digitalização da sociedade, não se restringindo à experiência individual do tempo. Essa experiência individual do “tempo digital” traz uma problematização, pois os autores também navegam pela tendência à homogeneização, uma vez que diferentes grupos sociais vivenciam a digitalização de forma desigual.

Os autores, assim como Pérez Gómez (2015, p. 19), consideram que as “diferentes telas foram se construindo, nas sociedades contemporâneas, como o mais influente contexto de socialização”, principalmente para as crianças e os adolescentes. Dessa forma, Carius e Santos (2024, p. 7) explicam que iniciaram o texto tendo como público-alvo os professores, mas que, durante “a sua concepção, um novo público surgiu diante de nós: os pais e responsáveis por crianças e adolescentes Brasil afora”. Destacam que, para os professores, a leitura poderá ajudá-los na relação ensino-aprendizagem na sala de aula presencial ou virtual. Para os pais, acreditam que poderá ajudá-los a compreender como seus filhos agem e reagem acerca da educação do século 21.

Contudo, essa ampliação do público-alvo também levanta questões sobre o nível de aprofundamento analítico da obra, que, ao buscar dialogar com diferentes leitores, pode privilegiar uma abordagem mais introdutória do que analítica, em alguns momentos. Exemplificando com debates contemporâneos, como a aprovação de legislações mais rigorosas sobre o uso de redes sociais por crianças e adolescentes, pais e gestores tendem a interpretar tais medidas como formas de proteção; educadores e pesquisadores, por sua vez, podem problematizá-las a partir de perspectivas relacionadas à autonomia, à mediação

¹ Artigo publicado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML.

pedagógica e à formação crítica para a cultura digital. Nesse sentido, a diversidade de leitores, embora amplie o alcance da obra, também tensiona a profundidade com que determinadas questões poderiam ser exploradas.

O livro *Educação em tempos digitais: da pandemia de coronavírus ao ChatGPT* está estruturado em seis capítulos. Cada um deles é dedicado a examinar aspectos fundamentais das transformações educacionais e sociais impulsionadas pela crescente presença das tecnologias digitais, intensificadas, especialmente, a partir do contexto pandêmico.

O primeiro capítulo, intitulado Cultura digital: estamos “ímmunes” a ela?, inaugura a discussão com uma abordagem crítica e provocativa sobre o modo como a cultura digital permeia nossas vidas, questionando se é possível, ou mesmo desejável, manter-se alheio às suas influências. Esse capítulo está dividido em três subtópicos: É possível definir cultura digital?, Discutindo práticas sociais na cultura digital e Mídias sociais, uma face da cultura digital. Neles, os autores propõem uma reflexão conceitual e prática sobre o que constitui a cultura digital, compreendendo-a como

um conjunto de práticas sociais, desenvolvido a partir da simbiose entre seres humanos e actantes digitais não-humanos, de forma a se constituir uma identidade com os valores, conhecimentos e experiências vivenciadas pelo grupo, através da imersão na tecnologia digital de informação e comunicação, em diferentes tempos e espaços (Carius; Santos, 2024, p. 18).

Esse conceito está alinhado às discussões contemporâneas sobre cultura digital. De modo especial, àquelas que compreendem a tecnologia não como um simples instrumento, mas como um elemento constitutivo das práticas sociais – tratado no segundo tópico do capítulo –, das subjetividades e das formas de conhecimento na atualidade.

No terceiro subtópico do capítulo 1, fica explicitado que as mídias sociais influenciam diretamente a maneira como os sujeitos aprendem, informam-se, expressam-se e constroem as suas relações com o mundo. Para ilustrar essas transformações, os autores apresentam duas narrativas de personagens fictícios, situadas em contextos históricos distintos: uma ambientada em 1989 e outra em 2022. A comparação entre as experiências desses personagens mostra as profundas mudanças culturais, comunicacionais e sociais impulsionadas pelas tecnologias digitais ao longo do tempo.

Os autores evidenciam, também, que as mídias sociais configuram novas formas de interação social fundamentadas em lógicas de conexão, visibilidade, curadoria de si e participação em rede. No entanto, eles alertam para o fato de que um expressivo contingente da população permanece excluído digitalmente. Essas pessoas não habitam as redes sociais, assim, tampouco compreendem o que é cultura digital, o que revela a urgência de políticas de inclusão e letramento digital a fim de capacitá-las a agir criticamente na sociedade conectada.

No segundo capítulo do livro, intitulado Plataformas de redes sociais, capitalismo de vigilância e a juventude, os autores aprofundam a reflexão sobre o papel das redes sociais digitais no contexto contemporâneo, principalmente no que diz respeito às suas implicações políticas, econômicas e formativas. Esse capítulo está estruturado em quatro subtópicos: Plataformas de redes sociais digitais; Principais plataformas de redes sociais digitais; Algoritmos e engajamento e Informação e o capitalismo de vigilância.

No primeiro, os autores definem as plataformas de redes sociais digitais como ambientes de “[...] suporte digital, normalmente com fins lucrativos, que agrega inúmeros recursos e atua como centralizador das redes sociais de pessoas e entidades” (Carius; Santos, 2024, p. 33). Nesse ambiente, os usuários interagem, produzem e consomem conteúdos, muitas vezes sem plena consciência das estruturas que regulam essas interações.

Em seguida, apresentam as principais plataformas utilizadas em 2024, discutindo como os algoritmos são programados para maximizar o tempo de permanência e o

engajamento dos usuários, gerando bolhas informacionais e reforçando padrões de consumo, de comportamento e até de crenças ideológicas. No subtópico Informação e o capitalismo de vigilância, o capítulo assume um tom mais crítico e político. Aqui, a ideia central é que o modelo de negócios dessas plataformas se baseia na coleta massiva de dados pessoais para a conversão em mercadoria com fins de lucro e controle. Os autores trazem Shoshana Zuboff (2018) para denominar o chamado “capitalismo de vigilância”, explicitando como a juventude se torna não apenas usuária, mas também produto dessas redes, cujas interações são constantemente monitoradas, selecionadas e comercializadas. Esse capítulo encerra com um alerta: “Agora, as plataformas sociais e seus algoritmos estão na escola. E entraram pela porta da frente” (p. 60).

Embora no capítulo 3 os autores avancem ao incorporar a noção de capitalismo de vigilância, a discussão não explorou de forma mais aprofundada as implicações educacionais dessa lógica, especialmente no que se refere à autonomia docente e à formação crítica dos estudantes. Nesse capítulo, denominado Educação Algorítmica e a pandemia, os autores propõem uma análise crítica das transformações educacionais intensificadas pela crise sanitária da Covid-19, em particular, no que diz respeito ao papel dos algoritmos e das tecnologias digitais. Ao abordar desde a promessa de uma educação algorítmica até os contrastes entre redes privadas e públicas, eles evidenciam desigualdades estruturais, práticas improvisadas e resistências criativas.

Ainda nesse capítulo, eles destacam que a “imersão tecnológica atabalhoada e desorganizada” (p.79) durante a pandemia trouxe mais dúvidas quanto ao papel das tecnologias digitais na escola e na educação. Essa ênfase de Carius e Santos dialoga com estudos que evidenciam que a inserção das tecnologias na educação, quando realizada de forma emergencial e sem mediação pedagógica consistente, tende a reforçar desigualdades e fragilizar os processos de ensino-aprendizagem.

O capítulo 4 está centrado na provocativa pergunta “um mundo com máquinas superinteligentes terá espaço para a educação?” (p. 83), propondo, a partir dela, uma reflexão sobre os impactos da inteligência artificial nos diferentes níveis e modalidades educacionais. Partindo de subtópicos como a chegada do ChatGPT ao mundo acadêmico – que vão desde a revalorização da aula presencial, a relação entre Inteligência Artificial (IA) e aprendizagem e os desafios da docência na educação básica –, os autores tensionam os limites entre inovação tecnológica e o papel insubstituível dos seres humanos na formação acadêmica. Sem tecnofobia, mas com espírito crítico, o texto propõe caminhos convergentes entre educação a distância e IA.

O capítulo 5, Inteligência artificial e educação: com a palavra, a própria inteligência artificial, destaca-se por sua abordagem inovadora e provocadora ao incorporar respostas geradas por sistemas de IA, ChatGPT e pelo Microsoft Bing, sobre a própria atuação da inteligência artificial no campo educacional. Os autores fizeram uma escolha metodológica que nos leva a questionamentos sobre os limites da autoria e da produção do conhecimento, principalmente quando sistemas de IA passam a ocupar um lugar discursivo dentro da própria obra. Essa estratégia confere dinamismo ao texto e convida o leitor a refletir criticamente sobre as possibilidades, os limites e os impactos éticos do uso dessas tecnologias na educação. Ao dar “voz” à IA, os autores tensionam a relação entre máquina e pensamento humano, conhecimento automatizado e saber pedagógico, abrindo espaço para um debate urgente e necessário no contexto da cultura digital.

No capítulo 6, Pesquisa social e inteligência artificial: um breve experimento em análise de conteúdo, os autores apresentam uma experiência prática com o uso da ferramenta *Atlas.ti* na análise de dados qualitativos, articulando metodologias tradicionais de pesquisa social com os recursos da inteligência artificial. Os autores exploram como a IA pode auxiliar na codificação e interpretação de discursos, ampliando a capacidade analítica dos pesquisadores sem substituir a dimensão crítica e reflexiva do trabalho científico.

Ainda nesse capítulo, eles reforçam que o uso de IAs em pesquisas deve ser orientado por princípios éticos e de transparência que permitam perceber o alinhamento com a Política de Integridade na Atividade Científica. Essa política foi apresentada recentemente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que estabelece normas e boas práticas para a atuação na pesquisa.

Nas considerações finais, os autores questionam a utilidade e permanência do livro ao longo do tempo. Algumas definições apresentadas serão relevantes por muitos anos, notadamente as mais genéricas e abrangentes. Contudo, outras definições ficarão datadas, sendo úteis apenas para futuros historiadores da tecnologia. É certo que algumas plataformas de redes sociais digitais e IAs mencionadas neste trabalho serão extintas ou se tornarão “cidades fantasmas” em poucos anos.

Uma constatação dos autores é que a mudança é uma característica intrínseca das tecnologias e que não devemos usar a palavra “evolução” sem o complemento “para quem”, pois a dita evolução beneficia grupos específicos, não toda a sociedade. A incorporação de novas tecnologias pode gerar pressão, injustiça ou exclusão para indivíduos e classes, por exemplo, as plataformas de inteligência artificial também tendem a se integrar ao dia a dia escolar, sendo, portanto, fundamental que os professores compreendam essas ferramentas para dialogar com os alunos e entender o mundo em que vivem.

Os autores alertam também para a pandemia de Covid-19, que atuou como um catalisador do universo digital em praticamente todas as esferas da contemporaneidade. Eles consideram, ainda, que os livros de história futuros provavelmente citarão a pandemia como um grande fator de mudanças sociais, desenvolvendo e assentando as tecnologias no cotidiano, mas salientando também que na educação ainda temos um longo caminho a seguir. Embora seja uma ferramenta com impactos reais na vida das pessoas, a IA pode tanto aprimorar aulas e tarefas na esfera da educação quanto ser usada para pressão por resultados no setor corporativo. Nesses dois campos, isso pode acarretar em precarização no universo do trabalho e no do ensino, fomentando a educação a distância e eliminando funções de professores. Os autores terminam o livro com uma questão: “qual o aluno que queremos?” (p. 142).

Numa tentativa de responder os autores, queremos, como afirmou Freire (1994), um aluno que seja sujeito de sua própria aprendizagem e da transformação de sua realidade, e não um mero receptor passivo de informações. No entanto, para isso ocorrer, com ou sem tecnologia, a educação não pode ser uma “educação bancária”, que trata o aluno como um recipiente vazio a ser preenchido com conteúdos, transformando-o em um ser adaptado e não transformador. Por isso, precisamos de professores que sejam sujeitos direcionadores

da práxis pedagógica escolar, tem que, no seu trabalho, estar atento a todos os elementos necessários para que o aluno efetivamente aprenda e se desenvolva. Para isso, o professor deverá ter presentes os resultados das ciências pedagógicas, da didática e das metodologias específicas de cada disciplina, ou seja, [ser] um profissional que estará sempre se atualizando (Freire, 1994, p. 29).

No contexto brasileiro atual, essa atualização e direção pedagógica do professor tornam-se ainda mais cruciais, especialmente frente à urgência e imposição no uso de plataformas e tecnologias. Muitas vezes, a pressão para integrar tecnologias, imposta por gestores, pode desviar o foco do que realmente importa: a práxis pedagógica efetiva. O risco reside em adotar plataformas e ferramentas apenas por estarem na moda ou por uma exigência externa, sem uma análise aprofundada de sua real contribuição didática.

O professor, como sujeito direcionador, tem a autonomia e o conhecimento para questionar, adaptar e, se necessário, recusar o uso de tecnologias que não se encaixem nas necessidades de seus alunos ou na sua metodologia. A verdadeira atualização não é apenas aprender a usar uma nova ferramenta, mas entender o “Por que usar? O que usar? Como

usar? Quando usar?” (Brito; Purificação, 2024, p. 26), sempre com o foco no desenvolvimento integral do estudante.

REFERÊNCIAS

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. 3.ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PÉREZ GÓMES, Ángel I. **Educação na era digital: a escola educativa**. Porto Alegre: penso, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

Submetido: 09/06/2025

Aprovado: 23/03/2026

Editora de seção: Patrícia Nascimento Silva

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.